

36º Encontro Anual da Anpocs

GT – 08 – Educação e Sociedade

Escolhas familiares e estratégias de acesso às escolas do sistema municipal de educação do Rio de Janeiro: navegação social em um espaço de disputa¹.

Rodrigo Rosistolato (UFRJ) e Ana Pires do Prado (UFRJ).

Resumo

Em 2011 realizamos 51 entrevistas com pais de estudantes de escolas públicas municipais da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo era mapear e analisar os caminhos percorridos pelos familiares nos processos de remanejamento de estudantes do 1º para o 2º segmento do ensino fundamental. Desejávamos compreender os elementos que orientam as escolhas e as estratégias utilizadas para ter acesso às vagas desejadas. Além de um questionário, utilizamos a observação e descrição das entrevistas. Os resultados preliminares indicam que a alocação dos estudantes influencia diretamente a qualidade de sua formação escolar. Os dados também apontam que as redes sociais das famílias tendem a orientar as escolhas e os acessos às escolas, principalmente as mais prestigiadas, o que desafia o ideário republicano de oferecimento universal e equânime de oportunidades educacionais.

Palavras-chave: escolha escolar, acesso às escolas, desigualdades educacionais, redes sociais.

1 – Introdução

Cenário 1

Em 2005, durante observação participante em uma escola pública carioca, acompanhamos o processo de matrícula dos alunos. A escola, de primeiro segmento do ensino fundamental, preenchia todas as vagas com alunos egressos das creches municipais da região. Conforme dito pela diretora, em uma reunião, “*as creches do município têm prioridade*”, o que fazia com que a escola não abrisse vagas para crianças que não estivessem matriculadas em creches.

Após a data de matrícula no polo², diariamente apareciam pais procurando vagas. A resposta, dada pelos funcionários da secretaria, era sempre a mesma: “*não temos vagas*”. No

¹ O projeto que deu origem a este trabalho é financiado pela FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

entanto, após o início das aulas, devido à procura constante dos pais e a possibilidade de mudança de alunos de turmas e de escola³, a diretora elaborou uma lista de reserva de vagas. Nessa lista, que ficava na mesa de uma das secretárias, era colocado o nome dos pais, o telefone e o ano em que desejavam matricular os filhos, seguindo a ordem de chegada.

A diretora não seguia a ordem da lista de reserva quando decidia disponibilizar uma vaga remanescente. Ao contrário, utilizava alguns critérios informais para convocar os pais selecionados. Alguns fatos facilitavam o acesso: mãe vir conversar diretamente com a diretora, ser conhecido por alguém que já estava na escola, fazer parte da família de um estudante classificado como “bom aluno” ou ter amigos entre os funcionários.

A lista da diretora poderia ser usada para atender aos pais que demandavam vagas, mas também para dizer aos pais que não havia vagas. Os pais sabiam que estavam na lista de espera, mas ignoravam a ordem de preferência estabelecida pelo corpo de gestão. Percebemos que a lista poderia, inclusive, substituir a presença dos pais durante a matrícula no polo. Houve um caso em que uma funcionária dormiu na fila para conseguir uma vaga para uma vizinha. Quando a diretora a recebeu, disse que ela “*poderia ter indicado a vizinha para a escola ou ter falado com a direção. [Neste caso] não precisaria ficar na fila tanto tempo*”.

Cenário 2

Em 2011, durante o trabalho de campo de um *survey* sobre a distribuição de oportunidades educacionais no Rio de Janeiro⁴, realizamos 51 entrevistas com pais de estudantes de escolas públicas⁵. Em uma delas, uma mãe afirmou: “*Eles não querem crianças tipo daquela 'inclusão social'*”. Ela fazia referência à uma escola pública que possuía critérios estipulados pela direção para escolher os alunos. Percebe-se que quando as famílias realizam suas escolhas, precisam dialogar com os critérios estabelecidos pelas escolas para a recepção de alunos. Este processo não é explícito porque as escolas, por Lei, não podem estabelecer critérios de seleção. Quando a entrevistada indica conhecer os

² Um Polo de Matrícula agrupa escolas que fornecem educação infantil, primeiro e segundo segmentos do ensino fundamental (Koslinski, Carvalho & Portela, 2012).

³ Pela regra municipal do período, a escola deveria esperar pelo menos um mês para saber se o aluno iria frequentar ou não a escola e, caso não frequentasse, poderia abrir a vaga.

⁴ O trabalho faz parte da pesquisa “O Funcionamento de Quase-Mercados Educacionais e a Segmentação Escolar”, proposta pelos sociólogos Marcio da Costa e Mariane Koslinski e financiada pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

⁵ O trabalho de campo foi coordenado pelos autores deste artigo e pelos sociólogos Marcio da Costa e Mariane Koslinski.

critérios da escola, revela uma situação equivalente ao que observamos no cenário 1. Em ambos os casos, as escolas conseguiam, por intermédio de um diálogo informal com o conjunto de regras de matrícula, estabelecer barreiras de entrada.

A análise destas barreiras de acesso revela aspectos não republicanos presentes na distribuição de oportunidades educacionais no Rio de Janeiro. Optamos por realizar a investigação mapeando a perspectiva dos pais que navegam entre regras legais e acordos (in)formais quando precisam matricular seus filhos no segundo segmento do ensino fundamental. Nesse trabalho temos dois objetivos: (i) descrever a organização da rede municipal de educação da cidade do Rio de Janeiro, principalmente o remanejamento de alunos do primeiro para o segundo segmento do ensino fundamental; (ii) apresentar os processos utilizados pelos agentes sociais que interagem em situações de escolha e disputa por vagas no ensino fundamental.

2 – Mercados escolares e desigualdades educacionais

O debate sobre escolha escolar é realizado, com mais frequência, em países que inseriram a escolha dos estabelecimentos escolares em suas políticas educacionais. A ideia é que os pais sejam incentivados e orientados para que escolham as melhores escolas para seus filhos. Assim, seguindo uma lógica de mercado, os alunos consumidores fariam com que as escolas se organizassem para disputá-los, o que geraria mudanças positivas nas unidades escolares e, como consequência, nos sistemas educacionais⁶.

Os argumentos favoráveis às políticas de escolha escolar têm por base o pressuposto de que a competição entre as unidades escolares é positiva para todo o sistema e, principalmente, para os usuários das escolas. Assim, o mercado escolar⁷ criado pelas possibilidades de escolha contribuiria para a consolidação das funções públicas do Estado. Neste caso, oferecimento de educação de qualidade a todas as crianças em idade escolar.

Por outro lado, há um conjunto de críticas às escolhas escolares. Destaca-se, neste aspecto, as denúncias aos chamados efeitos perversos das políticas públicas. Em síntese: as escolhas escolares contribuiriam para a ampliação da segmentação entre as escolas, além de

⁶ Análises sobre as políticas de escolha escolar podem ser vistas em Gorard; Taylor & Fitz (2003), Elacqua (2006) e Alegre e Bentino (2012). Para o contexto europeu, ver também Van Zanten (2010).

⁷ Trata-se, de fato, de um “quase-mercado”.

permitir que as escolas mais procuradas realizassem processos seletivos onde apenas os alunos considerados melhores teriam acesso⁸.

É possível dizer, no entanto, que estes “efeitos perversos” estão presentes tanto nos países onde há políticas de escolha quanto em países onde elas não existem. O caso do sistema municipal de educação do Rio de Janeiro é paradigmático neste sentido. Não há, neste sistema, nenhum mecanismo de escolha escolar. Mesmo assim, as unidades escolares são divididas entre aquelas que têm mais prestígio e as outras, percebidas como ruins ou de má fama⁹.

Costa (2008) realizou uma investigação em seis pares de escolas com reputações diferentes na cidade do Rio de Janeiro. Duas delas na zona sul da cidade, duas na zona norte e as outras duas na área do bairro Tijuca. O autor indica que as escolas, localizadas no mesmo sistema educacional e com orçamento equivalente, gozavam de prestígio oposto quando classificadas pela população. Ele encontrou diferenças na composição social do alunado e, principalmente, nas visões do corpo de gestão e alunos sobre a escola e o lugar ocupado por aquela unidade escolar no respectivo bairro.

A situação analisada por Costa (2008) indica que embora o sistema municipal de educação do Rio de Janeiro não tenha estabelecido políticas de escolha escolar, há significativas diferenças entre as unidades escolares, mesmo aquelas localizadas em espaços geográficos semelhantes. As escolas ficavam próximas umas às outras, em distâncias que podiam ser percorridas sem a utilização de qualquer veículo de transporte. Havia disputas entre as famílias para o acesso às escolas de melhor reputação e, conseqüentemente, processos seletivos por parte da burocracia municipal. Desta forma, os estudantes das regiões analisadas, inseridos na mesma rede de ensino, acessavam escolas com prestígios diferentes. Considerando que o prestígio das escolas tende a ser equivalente aos seus desempenhos medidos em avaliações nacionais, estudantes em escolas de baixa reputação estudam em ambientes escolares de baixo desempenho¹⁰.

Os processos de estratificação de escolas colocam uma questão: quais estudantes têm acesso às escolas mais prestigiadas? Seria possível pensar em padrões ou regularidades

⁸ Críticas podem ser vistas em Bell (2005, 2008), West (2005), Glenn (2009), Thomas (2010), Ravitch (2011).

⁹ Para o debate sobre a reputação das escolas no Rio de Janeiro, ver Costa & Koslinski (2009, 2011).

¹⁰ Para este debate, ver Costa, Pires do Prado & Rosistolato (2012).

presentes na distribuição de alunos em uma rede de ensino que se propõe universal e republicana? Quais seriam as características sociais das famílias que disputam e acessam as escolas mais desejadas? Por outro lado, quais famílias estariam na outra ponta do contínuo, acessando aquelas escolas que convivem com má reputação e baixo desempenho?

Koslinski, Carvalho e Portela (2012) analisam a distribuição de alunos no sistema municipal de educação do Rio de Janeiro. As autoras demonstram que os estudantes alocados, no primeiro segmento, em escolas de alto desempenho tendem a ser remanejados para escolas de alto desempenho no segundo segmento. O mesmo ocorre com aqueles que tiveram a primeira matrícula em escolas de baixo desempenho. Os dados descritos pelas autoras permitem dizer que as trajetórias educacionais dos estudantes que desejam ou necessitam permanecer na rede pública de educação tendem a ser delimitadas a partir do primeiro acesso.

Esta situação converge com o que Yair (1996) chamou de ecologia do mercado escolar. A população de crianças e adolescentes em idade escolar tende a ser dividida com base em critérios não escolares. No caso do Rio de Janeiro, Costa (2008) analisa algumas variáveis presentes na composição social do alunado das escolas mais prestigiadas. Estas variáveis - cor, tipo de família, religião e escolaridade dos pais - compõem um tipo de taxonomia. Sua análise permite identificar as demarcações de caminhos escolares em um sistema que seria, por definição, universal e igualitário. Escolas de maior reputação tendem a agregar famílias biparentais, brancas, religiosas e mais escolarizadas. Na outra ponta estão as escolas que agregam famílias com outras configurações, não brancas, menos religiosas e com mães menos escolarizadas. Em ambos os casos, há processos de seleção social do alunado, embora eles não estejam prescritos em nenhum protocolo municipal.

No Rio de Janeiro, portanto, não há um quase mercado escolar no sentido estrito do termo porque não temos políticas de escolha escolar. Porém, a ausência de políticas não impede a consolidação de dinâmicas equivalentes às de mercado. Costa & Koslinski (2011) preferem falar em um “quase-mercado oculto” para descrever um espaço de disputa onde, oficialmente, não há escolha e nem ampla divulgação de informações sobre as escolas, mas, mesmo assim, ocorrem disputas entre os pais e, simultaneamente, processos de seleção entre as escolas. Eles afirmam:

“[o quase-mercado] é oculto porque não há mecanismos formais, explícitos, de seleção de alunos em cada estabelecimento. São procedimentos velados que permitem a algumas escolas

operar ativamente no mercado, que, do ponto de vista legal e formal, não é, nem pode ser fechado. Há vagas para todos - ao menos no ensino fundamental. A rede estudada, assim como outras redes públicas que conhecemos no país, não dispõe de procedimentos que permitam filtrar claramente seus alunos (testes de acesso ou mecanismos legais de exclusão e seleção). No entanto, há forte seletividade por parte de algumas escolas mais conceituadas, o que ocorre de forma velada. A existência de uma reduzida independência da gestão escolar - mesmo que esta não tenha sido estimulada por uma política deliberada - tem levado a artifícios como o de "esconder vagas", ou à rejeição de alunos" (Costa & Koslinski, 2011: 10).

A comparação entre os estudos citados permite dizer que os sistemas educacionais tendem a ser estratificados por reputação e por desempenho. Desta forma, as famílias que deles dependem para escolarizar os filhos são colocadas em um espaço de disputa onde, ao final do processo, teremos estudantes melhor ou pior escolarizados¹¹. No entanto, não é possível saber, de início, se as famílias conhecem e reconhecem estas disputas e se estão preparadas para potencializar seus capitais durante os processos de escolha e acesso às escolas. Assim, cabe analisar a perspectiva dos atores que navegam por estes espaços, visando os caminhos possíveis e as estratégias estabelecidas para navegação.

Nossa questão se consolida da seguinte maneira: considerando que há diferenças de prestígio e desempenho entre as unidades escolares, quais os critérios de escolha e estratégias de acesso ativados por famílias que desejam ou necessitam matricular os filhos em escolas públicas? Quais são os elementos orientadores das escolhas? Quais são as estratégias elaboradas durante os acessos?

A investigação está concentrada nas visões das famílias sobre suas possibilidades de escolha, e nos caminhos percorridos para o acesso. Partimos do pressuposto de que os atores sociais inseridos nestes processos precisaram tomar decisões e escolher seus caminhos. A análise pretende demonstrar que há barreiras socialmente estabelecidas para o acesso às escolas de melhor prestígio e maior desempenho, principalmente para famílias com menor escolarização. Porém, não é possível dizer que estas barreiras são determinantes porque existem espaços de negociação e mediação¹² que alteram destinos e trajetórias escolares. Também indicaremos que algumas escolhas são escolarmente mais rentáveis do que outras,

¹¹ Os estudantes, neste caso, são os últimos a saber. Alguns deles só percebem as falhas de sua escolarização quando saem da escola. Para um debate sobre as reflexões juvenis relacionadas aos processos de escolarização básica, ver Rosistolato, Helaýel & Xavier (2011).

¹² Para o conceito de mediação, ver Velho (1999).

mesmo que todas tenham sido tomadas com base naquilo que os pais consideram o melhor para seus filhos¹³.

3 – Metodologia e organização dos dados

A pesquisa foi realizada com a conjugação de metodologias quantitativas e qualitativas. No primeiro momento, selecionamos as famílias na base de dados da pesquisa GERES¹⁴ e nos dados cadastrais da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro. A seleção foi aleatória porque pretendíamos investigar casos localizados nas 10 coordenadorias Regionais de Educação. Buscávamos, nesta etapa, uma aproximação com famílias que pudessem fornecer informações relativas aos processos de escolha e acesso realizados durante a transição de seus filhos do primeiro para o segundo segmento da educação básica. Houve casos em que a transição foi da educação infantil para o primeiro segmento porque algumas escolas oferecem todo o ensino fundamental.

Após a seleção, iniciamos o contato com as famílias para a aplicação do questionário com questões abertas e fechadas. Este questionário trazia, ao final, uma questão geral, onde os pais eram convidados a falar sobre as tentativas de escolha e acesso às escolas municipais. Estava formulada da seguinte maneira: **“para terminar, fale um pouco sobre suas (da família) tentativas para conseguir vagas para seus filhos em escolas. Suas dificuldades, a quem teve que recorrer, enfim, qualquer coisa que queira falar que possa nos ajudar a compreender melhor esse assunto de como conseguir uma boa escola para os filhos”**. A proposta era abrir espaço para que os entrevistados falassem de questões que, por ventura, não estivessem contempladas no questionário. As respostas seriam gravadas e analisadas qualitativamente para que realizássemos inclusões, exclusões ou alterações no questionário inicial.

As primeiras visitas indicaram que a questão aberta criava um espaço onde os entrevistados apresentavam seus processos de escolha e acesso indicando detalhes que não estavam contemplados no questionário. Os pesquisadores também perceberam que os pais

¹³ O debate sobre estratégias de escolarização em camadas populares também pode ser visto em Lahire (2004), Zago (1998, 2000, 2006), Lavinhas & Barbosa (2000), Bressoux (2003), Thin (2006), Costa & Koslinski (2006), Rocha & Perosa (2008), Costa (2010), Costa & Koslinski (2011), Rosistolato (2011a).

¹⁴ Pesquisa Geração Escolar. Agradecemos ao grupo da pesquisa GERES, que gentilmente cedeu os contatos com uma amostra de seus alunos. Buscamos estudantes que, em 2008, cursavam quinto ano do ensino fundamental na rede municipal da cidade do Rio de Janeiro. Agradecemos igualmente à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, que tem contribuído decisivamente para a realização da pesquisa.

ofereciam indicações de seus movimentos de escolha e acesso antes mesmo da apresentação da questão aberta. Por isso, a análise qualitativa, que seria restrita à questão aberta, foi ampliada para que buscássemos os “ditos” e os “não ditos” presentes nas visitas de pesquisa. Todas as entrevistas foram realizadas por duplas de pesquisadores e cada integrante tinha funções específicas. Enquanto um pesquisador ficava responsável pela aplicação do questionário, o outro observava o contexto em que a visita era realizada, descrevia as interações presentes na situação de pesquisa e gravava as respostas à questão aberta.

Para a organização dos dados qualitativos produzimos um protocolo para cada visita realizada. Trata-se de uma forma de sistematização dos dados qualitativos para futuras comparações entre os casos, com foco nos processos de escolha e acesso. Os protocolos foram organizados com base em quatro pontos complementares:

- (i) Primeiros contatos com os pesquisados (momento anterior ao questionário).
- (ii) Aplicação do instrumento de pesquisa (aplicação do questionário).
- (iii) Conversas após a aplicação do questionário (pós-entrevista).
- (iv) Transcrição da gravação realizada com o entrevistado.

Foi o primeiro momento em que o grupo articulou aplicação de questionários, protocolos e entrevistas gravadas. Esta articulação entre metodologias¹⁵ promoveu o refinamento da abordagem e ampliou o escopo da pesquisa, permitindo a construção de um conjunto de tipologias de escolha e acesso que passou a orientar nossas reflexões sobre a distribuição das oportunidades educacionais no Rio de Janeiro.

4 - Descrição do sistema municipal de educação do Rio de Janeiro

O sistema municipal de educação do Rio de Janeiro é composto por escolas de primeiro segmento, de segundo segmento e por outras que atendem a ambos os segmentos. Os estudantes com matrícula inicial nas escolas do primeiro grupo passam, ao final do quinto ano, pelo remanejamento para as escolas do segundo grupo. Aqueles que têm matrícula inicial em escolas do terceiro grupo podem permanecer na mesma escola durante todo o ensino fundamental. Exceção feita àqueles que por motivos diversos – mudança de endereço, insatisfação com a escola, insatisfação com o horário - precisam mudar de escola.

¹⁵ Entendemos, concordando com Brandão (2007), que a oposição entre as metodologias quantitativa e qualitativa é menos produtiva do que seu uso articulado.

Assim, os estudantes podem passar por quatro movimentos¹⁶ durante suas trajetórias educacionais:

Primeiro acesso ou acesso inicial. Momento em que o estudante é inserido na rede, nos primeiros anos da escolarização básica.

Remanejamento. Ocorre ao final do primeiro segmento, quando a escola não oferece os anos finais do ensino fundamental. Também pode ocorrer na transição da educação infantil para o ensino fundamental. Em todos os casos, os estudantes são remanejados para escolas do segmento seguinte.

Transferência. São internas, entre escolas da própria rede municipal; e externas, quando estudantes de outras redes são transferidos para o Rio de Janeiro. Elas ocorrem por inclusão, quando um estudante entra na rede; e por exclusão, quando o estudante sai da rede.

Recondução. É o processo em que um estudante que foi excluído por abandono retorna à rede municipal.

Nos quatro movimentos, as famílias são convocadas para escolher as escolas em que desejam matricular os filhos. Koslinski, Carvalho e Portela (2012) indicam que a legislação referente aos movimentos de estudantes na rede municipal é flexível, o que acaba por aumentar a autonomia das escolas e das Coordenadorias Regionais de Educação. Por isso, é possível encontrar algumas variações entre Coordenadorias e escolas.

5 - Tipologias de escolha.

A análise dos dados permitiu a construção de um conjunto composto por três tipologias de escolha. Elas foram construídas com base nas questões presentes no questionário e nos dados das análises qualitativas realizadas nas visitas de pesquisa. Perguntávamos sobre os motivos da escolha, sobre as consultas realizadas, sobre indicações por parte das escolas anteriores, sobre a presença de conhecidos (amigos e/ou parentes) na escola desejada e sobre a satisfação com a escola. Temos assim:

¹⁶ Dopazo de Sá, Thaila Cristina. Construindo opiniões: o que fundamenta as escolhas escolares (monografia de conclusão de curso de graduação em pedagogia). UFRJ: Faculdade de Educação, 2011.

Tabela 1 – Organização dos critérios de escolha seguindo tipologia de escolha.

Escolha com a utilização de relações pessoais na burocracia municipal	17
“Escolha dirigida”	15
Escolha com a utilização de relações pessoais fora da burocracia municipal	13
Total parcial	45
Opção pelo sistema particular de ensino	3
Consulta de média/ranking	2
Outros	1
Total Geral	51

Apenas seis casos não se encaixam na tipologia proposta. Três deles transitaram do sistema municipal de ensino para o sistema particular. Dois casos escolheram utilizando, exclusivamente, as informações e rankings divulgados pela mídia; e um caso foi classificado como “outros” porque a entrevistada não soube dizer quais critérios utilizou para escolher a escola. Disse apenas que foi até a escola. Descreveremos cada tipo de escolha seguindo sua ordem de frequência.

Os dados indicam que no Brasil tendem a vigorar as escolhas “quentes”. Ball & Vincent (1998) opõem as famílias que escolhem com base no que os autores classificam como conhecimento quente (*hot knowledge*) àquelas que usam conhecimentos formais ou “frios” (*'cold' formal knowledge*). A principal diferença entre os dois tipos de conhecimento estaria no fato de o conhecimento frio ser produzido para todos os indivíduos em uma coletividade – avaliações nacionais, exames, listas de atividades das escolas. Sua divulgação é pública e não atende aos interesses específicos de um grupo ou família. O conhecimento “quente”, ao contrário, é aquele que circula entre as redes de sociabilidade. Está, portanto, restrito aos integrantes das redes.

É interessante observar que ambos os conhecimentos – “quentes” e “frios” – podem ser considerados mais ou menos legítimos pelos pais que interagem durante os processos de escolha. Também há casos em que as famílias podem mesclar ambos os conhecimentos durante a tomada de decisão. Apresentaremos detalhadamente três casos de escolha. No primeiro, a mãe utiliza conhecimentos “quentes” e “frios”. Opta, inicialmente, pelo conhecimento “frio”, mas acaba por ceder aos conhecimentos “quentes”. O segundo caso desafia a tipologia porque a mãe, embora tenha conhecimentos “quentes” sobre as escolas,

acata às determinações da burocracia municipal e abre mão de intervir mais diretamente no remanejamento de seu filho. No terceiro caso, as famílias utilizam, exclusivamente, conhecimentos “quentes”.

5.1 – Escolha com a utilização de relações pessoais na burocracia municipal

Este tipo foi o mais frequente entre os casos analisados. Ele agrega processos em que os pais consultaram redes de solidariedade/relações pessoais na burocracia municipal. É importante salientar que também consideramos as consultas aos professores. Ao todo, entrevistamos 17 famílias que seguiram este critério para definir os destinos escolares de seus filhos.

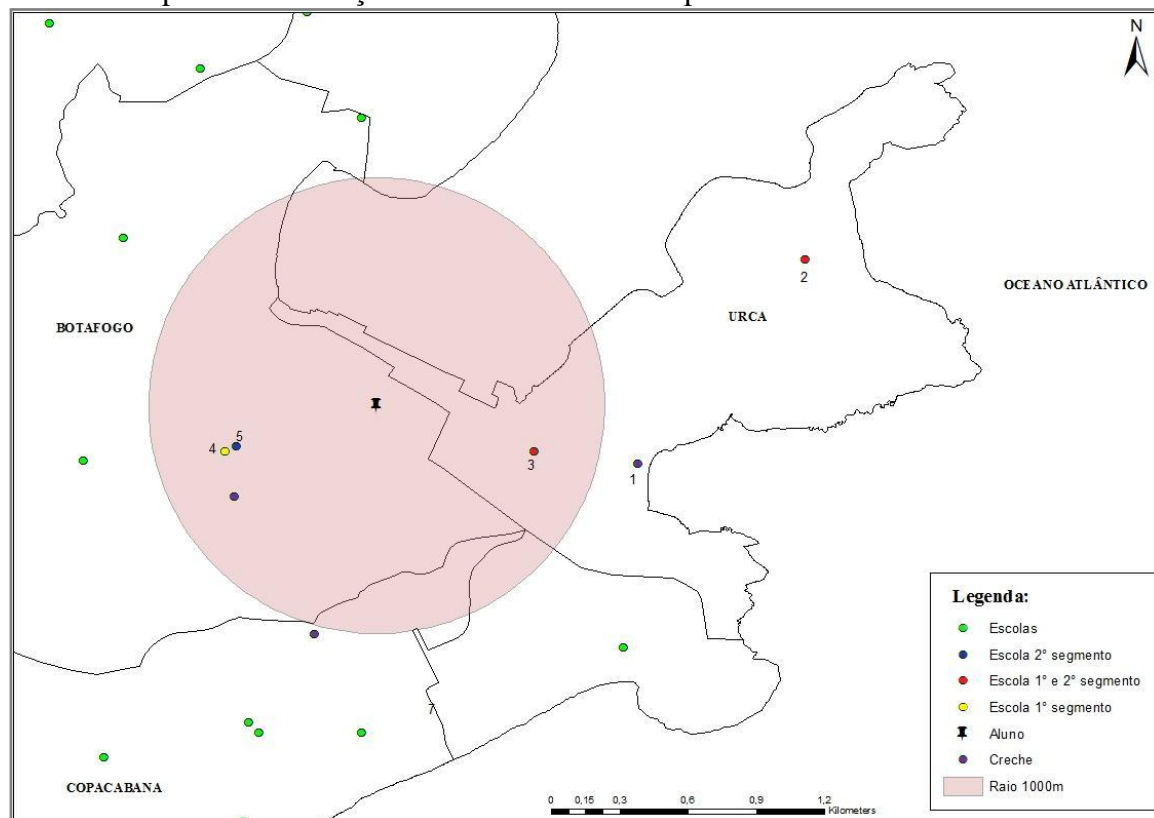
Um dos casos permite analisar o cenário que se apresenta aos responsáveis que possuem laços de afinidade na burocracia municipal¹⁷. Joaquim é filho de uma família monoparental, branca, espírita, residente em um bairro nobre da zona sul do Rio de Janeiro. Sua mãe tem formação de terceiro grau, é a responsável pela educação dos dois filhos, trabalha e não recebe ajuda financeira do pai das crianças. Ela não permitiu que a entrevista fosse gravada, mas não deixou de fornecer todas as informações solicitadas pelos pesquisadores.

O mapa a seguir permite visualizar as possibilidades de escolha apresentadas à mãe de Joaquim¹⁸. É importante frisar que ela pretendia matricular os filhos em uma escola próxima à sua residência porque o estudante vai caminhando sozinho para a escola. Levando estes critérios em consideração, a mãe teria, em um raio de 1000 metros de sua residência, a escola 3 e a escola 5. Ela, no entanto, opta, inicialmente pela escola 2, mais distante de sua residência.

¹⁷ Os casos são analisados com o objetivo de apresentar os processos de escolha que classificamos com a tipologia criada. São casos singulares que sintetizam fenômenos gerais. A tipologia só foi possível após análise exaustiva de cada caso. Um processo em que cada caso deixou de ser um caso. Concordamos com Fonseca (2010) quando diz que o estranhamento, a esquematização, a desconstrução de estereótipos e a comparação sistemática são fundamentais para o trabalho com dados qualitativos.

¹⁸ O uso de georreferenciamento para mapeamento da distribuição de oportunidades educacionais no Rio de Janeiro tem contribuído com o refinamento de nossas análises sobre escolha e acesso às escolas. Um bom exemplo deste tipo de análise pode ser visto em Almeida (2011).

Mapa 1 - Localização do aluno e escolas disponíveis em um raio de 1000 metros



Elaboração: Karina Riehl de Souza Almeida (PPGE/UFRJ) e André Regis(PUC-Rio)

A Mãe de Joaquim indicou que sabia de um “convênio”¹⁹ entre a escola em que seu filho estudava (escola 1) e a escola 3. Ela não pretendia aceitar a transferência do filho para a escola “conveniada” e, de fato, não o fez. Ela considerava a escola 2 melhor e decidiu matricular o filho. A escola 4, também próxima, não foi cogitada.

Ela ficou decepcionada quando visitou a escola 2. Durante a entrevista, a mãe explicou que encontrou, por conta da ausência de uma professora, turmas de anos diferentes em uma mesma sala de aula. Também se surpreendeu ao encontrar a diretora varrendo a calçada da escola. A entrevistada nunca imaginara uma pessoa em uma posição de gestão exercendo uma função deste tipo. Neste momento, decidiu retirar o filho daquela escola e matriculá-lo na escola 3. A mãe admitiu que acabou acatando as orientações da diretora da escola 1 e de um dos professores de Joaquim. De início, não concordou, mas, ao final, aceitou o “convênio” com a escola 3.

A narrativa indica o contato direto com a burocracia municipal. Ela foi até a escola 3 e exigiu uma vaga. É importante observar que o período de matrícula estava encerrado e que

¹⁹ Utilizamos aspas porque não existe, legalmente, nenhum convênio entre as escolas.

Joaquim já se encontrava na escola 2. Formalmente, não seria possível transferir o estudante. Porém, o uso de relações pessoais na burocracia municipal permitiu que Joaquim transitasse para a escola 3, exigida por sua mãe.

A entrevistada fez questão de frisar que a diretora a conhecia e também aos seus filhos. Pediu, inclusive, que alguns detalhes de sua entrevista nunca fossem divulgados porque todos saberiam que era ela quem estava falando. A transferência de Joaquim foi narrada como um caso excepcional. Segundo a mãe, a diretora informou que não poderia matricular o estudante, mas abriria uma exceção. Também frisou que não abriria outras exceções.

É possível perceber que a mãe utilizou seu conhecimento sobre as escolas, assim como as consultas feitas aos profissionais da escola de primeiro segmento em que seu filho estava matriculado para orientar suas escolhas. Decidiu com base nestas informações e reavaliou sua decisão quando percebeu que a escola escolhida não atendia às suas expectativas. Na sequência, a mãe utilizou suas relações pessoais na burocracia municipal para reverter suas escolhas e aceitar o “convênio” existente entre as escolas.

A primeira escola de segundo segmento teve, em 2009, ano em que Joaquim fora matriculado, desempenho equivalente ao da segunda²⁰. Sua mãe seguiu, inicialmente, um caminho que a levou até uma escola de alto desempenho que não correspondia às suas visões sobre qualidade e gestão escolar. Na sequência, ela transita para outra escola que também pode ser classificada como de alto desempenho, mas que obteve IDEB menor.

A segunda escola, no entanto, se adéqua melhor às representações da mãe sobre uma boa escola. Em uma escala de zero a dez, ela classificou a escola com nota oito; nota que, em sua concepção seria a melhor possível para uma escola do município. Ainda é importante frisar que mãe de Joaquim o classificou como um estudante muito inteligente que não fazia esforço para conseguir notas excelentes. Ela não se considerava satisfeita porque seu desejo era matricular o filho em uma escola particular e bilíngue.

A trajetória de Joaquim pode ser ilustrada, levando em consideração exclusivamente o desempenho das escolas, com uma linha de tendência levemente descendente. No entanto, se valorizarmos os critérios de escolha e classificação de escolas presentes no raciocínio de

²⁰ A Escola 2 obteve IDEB 5.3. Escola 3, IDEB 5.2,

sua mãe, a linha se inverte. Neste caso, não é possível dizer que a escolha foi realizada sem a utilização de critérios acadêmicos para a avaliação da escola, mas ao final prevaleceu o desejo de matricular o estudante em uma escola que fosse mais próxima ao que a mãe classificava como uma boa escola, naquela que, de acordo com suas classificações, seu filho seria melhor escolarizado²¹.

5.2 – Escolha dirigida

Este critério agrega processos de escolha em que os pais não tiveram atuação direta na escolha da escola. São casos em que os familiares aceitaram indicações realizadas pela burocracia municipal. A principal consequência é que os estudantes têm acesso às escolas que foram escolhidas para eles pela própria burocracia das escolas em que estudavam durante o primeiro segmento. Esta escolha garante o acesso porque os alunos são encaminhados para escolas que estão na expectativa de recebê-los.

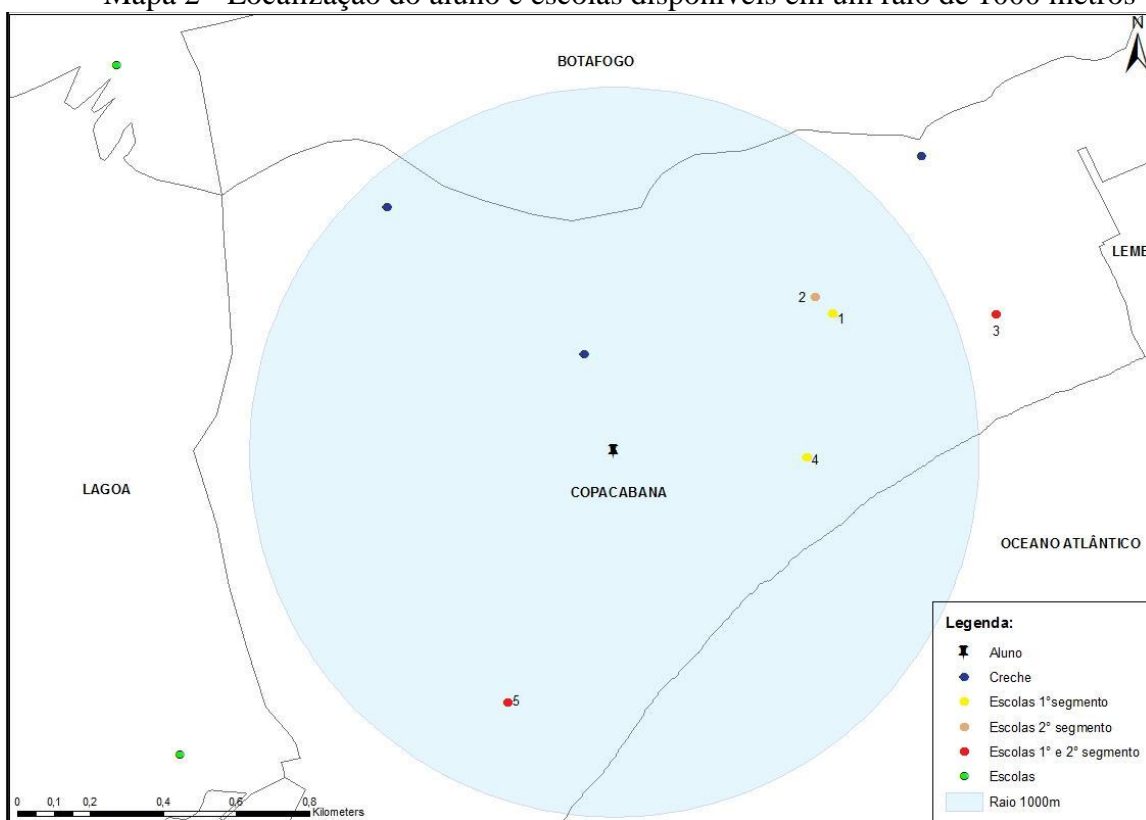
Dentre os 51 casos analisados, houve 15 “escolhas dirigidas”. A descrição de um deles permite perceber os detalhes deste tipo de processo. Edson é o único filho de uma família biparental residente em um bairro da zona sul carioca. Sua mãe é analfabeta e o pai estudou até o primeiro ano do ensino fundamental. Todos se auto-classificam como brancos e são católicos. A residência na zona sul se deve ao trabalho do pai, que é porteiro e reside no mesmo endereço onde trabalha. Seus amigos estão localizados, principalmente, no grupo religioso. A família reside no mesmo endereço nos últimos 10 anos, tem entre quatro e cinco amigos na vizinhança e não pode contar com eles para o cuidado com o filho, nem para levar ou buscar na escola. A mãe é diarista. Ela é a principal responsável pela educação de Edson. Não permitiu, inclusive, que o pai fosse entrevistado pelos pesquisadores. Disse que ela deveria fornecer as informações porque fora responsável por todo o processo de matrícula.

O mapa a seguir localiza as escolas disponíveis para Edson em um raio de 1000 metros. A base é a residência do estudante. O cálculo foi realizado levando em consideração a possibilidade de Edson seguir a pé para as escolas. Considerando apenas a proximidade da residência, Edson teria escolas com desempenho diferente à sua disposição. A narrativa da

²¹ Para o debate sobre proximidade simbólica como critério para escolha de escolas, ver Van Zanten (2010).

mãe, ao contrário, permite compreender que embora as escolas estivessem disponíveis, houve atuação direta da gestão para limitar as escolhas da família.

Mapa 2 - Localização do aluno e escolas disponíveis em um raio de 1000 metros



Elaboração: Karina Riehl de Souza Almeida (PPGE/UFRJ) e André Regis(PUC-Rio)

Quando indagada sobre a escolha da escola, a mãe afirmou:

“Geralmente quem saiu de lá [ESCOLA 1], eu conheço as mães todas, e todos foi para [ESCOLA 2], tanto que terminaram a 4º e vai tudinho para [ESCOLA 2], terminou a 4º vai pra [ESCOLA 2]. Ai já sai automaticamente da [ESCOLA 1] pra [ESCOLA 2], porque é um numa rua e outro, na outra”.

A narrativa apresentada indica desconhecimento sobre os processos de remanejamento porque, por definição, os pais são responsáveis pela escolha das escolas e têm liberdade para escolher aquelas que desejarem, perto ou longe da residência da família. Sublinha, inclusive, que as famílias tendem a respeitar este “remanejamento automático”. Dentre as que ela conhece, todas matricularam os filhos na escola de segundo segmento em que Edson está matriculado.

Na sequência, a mãe foi convidada a descrever detalhadamente o processo de remanejamento. Ela já tinha indicado que o filho teria saído “automaticamente”. Durante o diálogo, apresenta detalhes das relações estabelecidas com a burocracia das escolas,

especificamente, com a diretora da escola de primeiro segmento, que coordenou todo o processo.

Pesquisadora: Então, quando ele terminou a [ESCOLA 1]...

Mãe: ele foi pra [ESCOLA 2]

Pesquisadora: Como é que foi essa troca? Você deu alguma opção, foi do mesmo jeito [como na transição da creche]?

Mãe: O colégio já transfere direto, a gente mesmo só faz dar o endereço e assinar. Porque no meio é um teatro ali, não, dois colégios e um teatro, do lado é um [ESCOLA 2] e do outro é outro [ESCOLA 1], aí já faz automático a transferência da criança do [ESCOLA 1 – de primeiro segmento] para o [ESCOLA 2 – de segundo segmento].

Pesquisadora: E se a senhora não quiser o outro, o que a senhora tem que fazer?

Mãe: A gente perguntou na reunião e ela falou que não podia transferir para outro.

Pesquisadora: Ela falou que não podia? Quem falou?

Mãe: É a diretora na época falou que todos que estudavam no [ESCOLA 1 – de primeiro segmento] tinha que ir pra [ESCOLA 2 – de segundo segmento].

Pesquisadora: então ela falou que não tinha opção?

Mãe: Não tem. Toda a mãe que pedia pra outro ou que quisesse escolher outro não tinha.

Pesquisadora: Mas a senhora sabe de algum amiguinho dele que tenha saído de lá e não foi para a [ESCOLA 2 – de segundo segmento]?

Mãe: Não.

Pesquisadora: Ah, então quando ela falou que era o [ESCOLA 2 – de segundo segmento] a senhora nem procurou outra escola?

Mãe: É, não.

O cenário descrito diverge das regras formais para remanejamento na rede municipal do Rio de Janeiro. Não existe nenhuma orientação para alocação automática de estudantes, mas neste caso houve direcionamento por parte da gestão. Não se trata de um caso específico porque, conforme descrito, o remanejamento foi feito em reunião com as mães e mesmo aquelas que desejavam outra escola foram informadas de que não haveria outra opção.

A trajetória escolar do estudante foi definida por elementos externos à sua família. É a gestão de sua escola de origem que decide a escola de destino e coordena seus movimentos na rede. Edson estudava no colégio 1, que obteve IDEB 5.5 em 2009 e foi remanejado para o colégio 2, que obteve 3.0. Trata-se de um caso de migração de uma escola de maior desempenho para uma escola de menor desempenho. A trajetória de Edson pode ser ilustrada com uma linha descendente. Sua mãe, no entanto, aceitou a orientação da direção da escola anterior e está satisfeita com a escola atual. Ela contou que, de início:

“Quando ele tava na [ESCOLA 1] falavam que lá [ESCOLA 2] era muito bagunçada, aí foi que nem eu falei, depois que mudou a direção, a diretora essas coisas o colégio melhorou. A gente mesmo vê, porque eu passava lá todo dia e era aquela bagunça, ela [a diretora] colocou câmara nos corredor tudo, na hora do recreio ela não deixa aluno nenhum ficar nos corredor, tem que todo mundo descer e ir lá pra baixo. Essa diretora que tá agora, né! Os portão, quando entra ela fecha os portão tudo com cadeado, só deixa um aberto, era tudo aberto os portão. Então ela fez muitas mudança na escola, essa diretora”.

Depois destas mudanças, a mãe de Edson passou a classificar a escola como “igual à uma escola particular”. Quando convidada a avaliar com uma nota, deu nota 10.

É interessante observar que Edson também poderia ter sido remanejado para a escola 3. Ela fica fora do raio de 1000 metros de sua residência, mas é próxima. Esta escola obteve, em 2009, IDEB de 5.4. Seu desempenho é, portanto, melhor do que o da escola 2. Estaria, inclusive, mais próxima em termos de desempenho da escola de primeiro segmento em que Edson estudou. Porém, a intervenção direta da direção e a atitude passiva da mãe fizeram com que o estudante fosse matriculado na escola 2.

Edson é classificado pela mãe como um bom aluno, além de disciplinado. Ela enfatiza que controla as atividades escolares do filho e fiscaliza, principalmente, as tarefas de casa. Ela está satisfeita com a escola atual e diz que só trocaria o filho de escola caso pudesse pagar uma escola particular. A mãe ainda comentou que assiste programas de televisão relacionados às escolas e segue as dicas. A principal dica: acompanhar os deveres de casa e cuidar da alimentação. Edson estuda em casa todos os dias, por pelo menos uma hora.

5.3 – Escolha com utilização de relações pessoais fora da burocracia municipal

Este tipo agrega processos em que os pais consultaram redes de solidariedade/relações pessoais fora da burocracia municipal para a realização de suas escolhas. Entrevistamos 13 famílias que optaram por este tipo de escolha.

A família de Fernandez foi uma das que escolheu com a utilização de relações pessoais fora da burocracia municipal. Eles passaram por uma mudança de endereço no momento em que precisaram realizar a matrícula do estudante. Seu pai era porteiro na zona sul do Rio de Janeiro e foi demitido. Por isso, mudaram para um bairro da zona norte. Fernandez já estava matriculado no segundo segmento do ensino fundamental, mas teve que trocar de escola novamente.

A família é branca, católica, a mãe trabalha como doméstica e não concluiu o ensino fundamental. Eles não conheciam o bairro para onde mudaram, mas parte de sua família extensa vivia na localidade. Quando precisaram escolher a escola, consultaram uma de suas primas porque acreditavam que ela indicaria a melhor escola do bairro. A prima consultou uma amiga que tinha um filho matriculado na rede municipal. Depois da consulta, entendeu que aquela seria a melhor escola para Fernandez e indicou para a mãe do estudante. A mãe seguiu a indicação e iniciou o processo de matrícula diretamente na escola.

A mãe de Fernandez, durante a entrevista, narra todo o processo de escolha e indica a importância da participação da prima de seu marido. O pai também estava presente e ofereceu informações complementares àquelas fornecidas pela mãe.

Entrevistada/mãe: No dia que eu vim fazer a inscrição, tive que ir no outro colégio, direto eles me deram todos os papéis. Ai, eu vim. Mas quando eu cheguei aqui, eles mandaram de novo pra [zona sul]. Eu não sabia andar aqui. Ai, eu tive que ir de lá pra cá de van. E, depois, eu saí daqui... De lá, eu vim correndo e vim até com ele, na época. Tirei as xerox de todas as coisas e vim direto pra cá. Quando foi na hora, eu tive que voltar lá, pra pegar o histórico. Ai, pra não perder a vaga, porque se você não pegar naquela hora, já entra outros alunos, já entra outras mães. Ai eu falei: eu vou lá. E eles disseram: você venha na mesma hora porque sem o histórico, não sai. Ai, eu voltei lá (...) e eu consegui. Ai o [inspetor da escola] botou as coisas no computador (...) e ele falou: então vocês já começam na segunda-feira.

Pesquisadora: e em relação à prima do seu esposo, a senhora sabe como ela tinha a informação que a escola era boa?

Entrevistada: Era uma colega dela que o menino estudava nessa escola. Ela me falou: vai lá,

Entrevistado/pai: Ela indicou porque a amiga disse que era muito boa (...) e a gente foi lá, no caso ela [a mãe] e a gente conseguiu.

Entrevistada/mãe: e eu não precisei nem dela, da amiga dela. Porque ela falou onde era, tudinho direitinho. Ai não teve preocupação. Só estava o inspetor, e uma outra moça que ajuda.

Pesquisador: mas, no caso, essa amiga da sua prima, que o filho estuda lá, vocês acham que caso vocês precisassem de alguém pra ajudar na vaga, se o inspetor falasse: Ah. Não tem hoje... Essa amiga ajudaria, teria como ajudar?

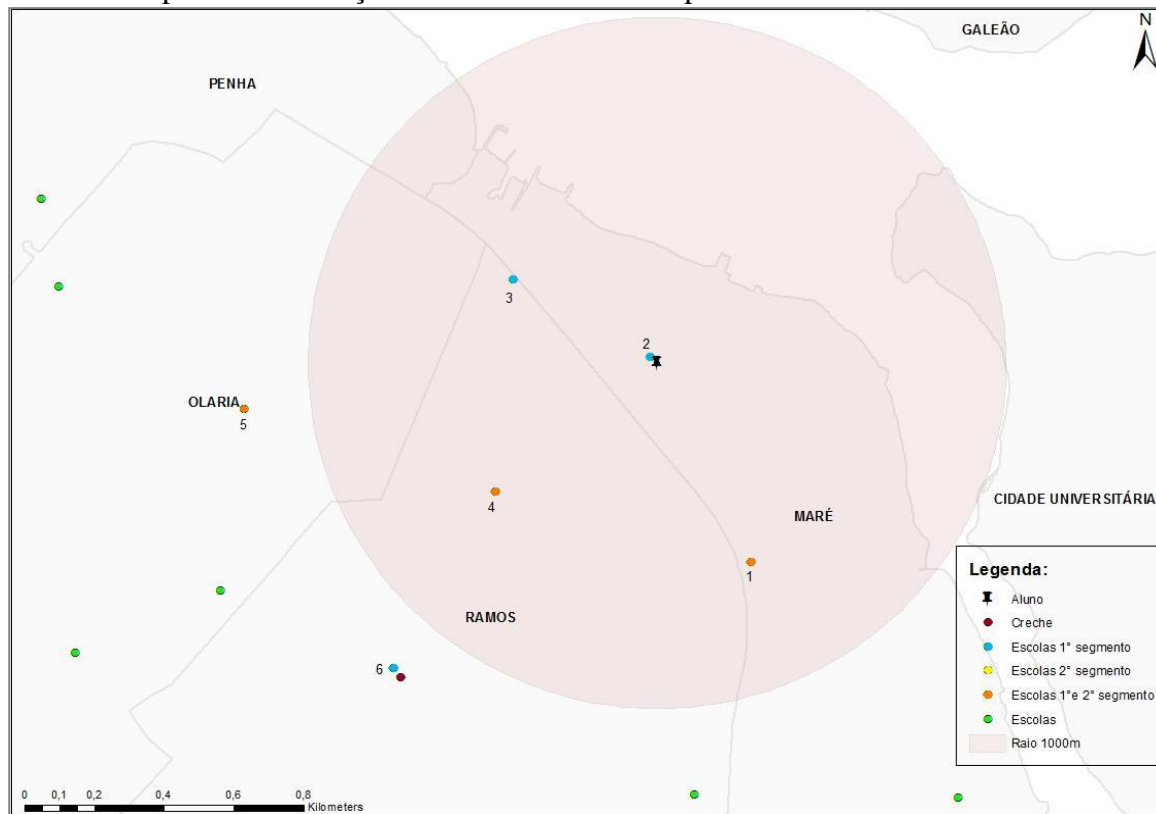
Entrevistado/pai: ajudaria. Seria isso que a gente ia fazer caso ela chegasse e não tivesse vaga, a gente ia pedir pra essa amiga ir com a gente lá, que conhece tudo lá, e ajudaria a gente, com certeza.

Entrevistada/mãe: mas na hora ele falou: se você trazer todos os documentos a gente faz pra você. Já tem uma vaga pra eles dois. E eu queria que eles dois ficassem no mesmo horário, né, (...). Só esse ano que mudou um pouco que ficou um de manhã e outro de tarde.

A mudança de endereço associada à mudança de escola fez com que Fernandez transitasse de uma escola de alto desempenho para outra de baixo desempenho. A escola de Ramos teve IDEB/2009 de 2.9, enquanto sua escola de Copacabana obteve IDEB/2009 de 6.5. Sua família, no entanto, está satisfeita com a escola, não procurou outra escola na região e não deseja que Fernandez troque de escola novamente. Ele é classificado, pelos pais, como um bom aluno, disciplinado, que estuda em casa e faz os deveres sozinho. Eles esperam que Fernandez chegue à universidade.

O mapa a seguir apresenta as escolas disponíveis para Fernandez tendo por base seu novo endereço, na zona norte da cidade. Há, em um raio de 1000 metros, escolas com desempenhos diferentes.

Mapa 3 - Localização do aluno e escolas disponíveis em um raio de 1000 metros



Elaboração: Karina Riehl de Souza Almeida (PPGE/UFRJ) e André Regis(PUC-Rio)

Os pais de Fernandez escolheram com base na indicação de sua prima e também citaram a proximidade de casa como critério para escolha. Levando em consideração apenas a proximidade, Fernandez poderia ter sido matriculado na escola 4, que obteve IDEB 4.3 ou na escola 5, que obteve IDEB 4.1. A escola 4 está tão próxima de sua residência quanto a escola 1. Já a escola 5 fica um pouco mais afastada, mas seria possível ir à pé. Seus pais, no entanto, escolheram a escola 1, que obteve IDEB 2,9, estão satisfeitos com a escola, não tentaram outra escola e não tentarão. Indicaram, inclusive, que não conhecem as outras escolas do bairro.

6 – Tipologias de acesso

Os casos analisados permitiram a construção de um conjunto de três tipologias de acesso. Elas foram construídas da mesma maneira que as tipologias de escolha: com

base nas questões do questionário e nas análises qualitativas realizadas com os dados mapeados nas visitas de pesquisa. Para as questões relativas ao acesso perguntávamos como os pais conseguiram a vaga na escola em que o filho estava, como foi esse processo e se haviam tentado a vaga em outra instituição. Temos assim:

Tabela 2 – Organização dos critérios de acesso seguindo a tipologia de acesso.

Exclusiva Burocracia Municipal	33
Relações pessoais na Burocracia Municipal	12
Relações pessoais fora da Burocracia Municipal	2
Total parcial	47
Opção pelo sistema particular de ensino	3
Outros	1
Total Geral	51

A maioria das famílias, 33 ao todo, realizou o acesso utilizando exclusivamente a burocracia municipal. Dentre as outras, 12 acionaram seus contatos na burocracia municipal e duas foram orientadas por suas relações pessoais fora da burocracia municipal. Há quatro famílias que acessaram colégios particulares e públicos por concurso. Descreveremos os três tipos de acesso relacionados à rede municipal de ensino, seguindo a ordem de frequência. Utilizaremos os três casos já analisados na tipologia de escolha e apresentaremos as correlações entre o tipo de acesso e a escolha.

6.1 - Acesso com a utilização exclusiva da burocracia municipal

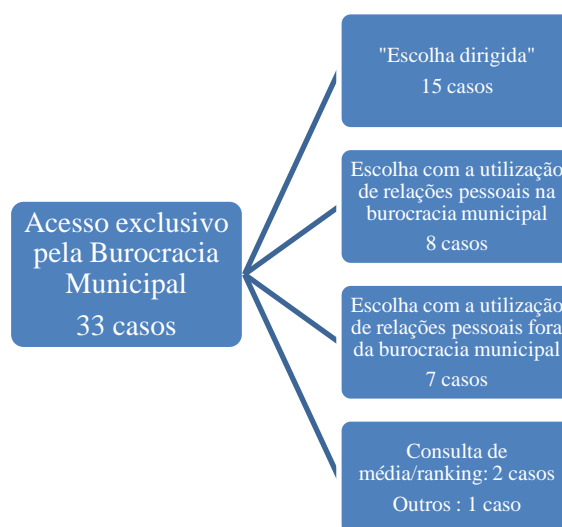
Os dados indicam a presença maciça da burocracia municipal nos acessos ao sistema educacional. Este tipo corresponde aos processos de matrícula em que os pais, após escolherem a escola desejada, acessam utilizando exclusivamente a burocracia municipal. Neste caso, a rotina pode ocorrer por intermédio do preenchimento da lista tríplice²², por meio do contato direto com a escola ou com a utilização da matrícula *on line*.

²² Em 2010, a lista tríplice passou a ser lista quádrupla. Os entrevistados, no entanto, trocaram de escola em 2009 e preencheram a lista tríplice. Em 2011, o processo de matrícula foi informatizado e os familiares foram selecionados aleatoriamente, seguindo critérios de prioridade. Tiveram prioridade: candidatos com deficiências; candidatos que possuam irmãos frequentando a Unidade Escolar procurada; filhos de servidores lotados na Unidade Escolar procurada; filhos adotivos amparados pela Lei Municipal nº 2.210, de 21/07/1994; candidatos oriundos de orfanatos (portaria E/SUBG/CP nº 24, de 22/10/2010, art. 7º). Mais detalhes em Dopazo de Sá (2011). A utilização exclusiva da aleatoriedade para distribuição

Em termos ideais, a burocracia municipal teria que gerir os acessos, mas seu papel seria meramente organizativo. O ponto a discutir é o papel ativo das burocracias na orientação das escolhas e, como consequência, dos acessos.

Correlacionando os 33 casos de acesso com a utilização da burocracia municipal e os critérios de escolha temos:

Diagrama 1 – Acesso exclusivo pela burocracia municipal e as tipologias de escolha



Elaborado pelos autores com base nas 51 entrevistas realizadas.

O que podemos constatar com o diagrama é que a burocracia age ativamente nos 33 casos. Porém, não atua orientada por critérios republicanos. Todas as famílias que fizeram as escolhas dirigidas, 15 ao todo, acessaram as vagas exclusivamente pela burocracia municipal. As trajetórias escolares dos estudantes, nestes casos, foram totalmente orientadas pela burocracia.

Edson, como vimos, teve sua vida escolar orientada pela diretora das escola em que estudou. Ela determinou a escola de segundo segmento argumentando ser a única opção possível para seus alunos. Havia outras escolas próximas que poderiam ser acessadas pela mãe de Edson. Ela não as acessou e ainda foi informada de que não poderia fazê-lo. Em reunião, a diretora afirmou que nenhuma mãe poderia matricular os filhos em outra escola diferente da que fora indicada.

de vagas poderá, a princípio, tornar o acesso mais heterogêneo. No entanto, também podemos supor que a aleatorização ampliará as estratégias de transferência após o remanejamento.

A trajetória de Edson pode ser visualizada como uma linha de tendência descendente porque realiza os estudos em uma escola de alto desempenho no primeiro segmento e transita para uma escola de baixo desempenho, seguindo a orientação da diretora.

Há, ainda, outro aspecto da atuação da burocracia. Nas escolhas dirigidas ela escolhe para as famílias, mas há famílias que buscam suas relações na burocracia para escolher. Entre os 33 casos de acesso exclusivo pela burocracia há oito em que os responsáveis escolheram a escola utilizando as relações pessoais estabelecidas com funcionários do sistema educacional municipal. Em quatro deles, as escolhas foram feitas após a consulta à professores, diretores e equipe técnica da escola em que o aluno estava ou que iria ingressar. Os professores e diretores consultados deram as informações solicitadas pelas famílias. Eles queriam saber como era o ensino, a equipe pedagógica, qual seria uma boa escola na sua região, onde encontrariam uma escola tranquila para o filho.

“Porque na época eu ainda falei com a diretora, ‘eu prefiro a escola A por ser um colégio tranquilo e por causa do problema do Genésio [filho]’ aí quando veio, veio certinho. ‘A gente se dá bem com a diretora de lá e com certeza vai ser a opção mesmo’ e foi.”

“Eu não conhecia a escola. Foi indicada, eu perguntei para a professora qual escola boa que ela conhecia na área da [bairro da zona norte]. Ai ela me deu esse nome.”

Em outras quatro entrevistas os pais afirmaram que fizeram as escolhas após consultar familiares que eram professores e diretores da rede ou amigos também servidores municipais:

“Minha sogra é diretora de escola, apenas auxiliou na escolha.”

“Essa minha vizinha [professora da rede, mas não da escola] e o filho dela estudou desde que ele saiu do [colégio], ela colocou ele lá, então quando a escola mandou para mim escolher e fazer as opções eu fui conversar com ela. Entendeu? E ela me falou muito bem da escola, ainda não existia esse projeto porque esse projeto é de agora. E ela me falou muito a respeito da direção, de como era, e aí que eu fui e optei ela como sendo a minha primeira opção”.

“Meu filho é professor do município. E meu filho sempre indica aquelas escolas que têm a direção melhor.”

Em todos esses oito casos, o acesso a vaga foi efetuado pela burocracia, algo enfatizado por todos, principalmente por aqueles com familiares na rede municipal. Após descrever a escolha ressaltavam o acesso formal, burocrático, sem “caminhos mais curtos”:

“[ela] não ajudou [no acesso à vaga].”

“fui lá e fiz a matrícula e aguardei... não procurei caminhos mais curtos não. A gente foi normal. Lá não era uma escola muito concorrida, a escola dentro de um condomínio. Fui lá, fiz a inscrição, pronto.”

Não “*procurar caminhos mais curtos*”, seria ir à direção ou à CRE para exigir a vaga. Como descreveu uma mãe cuja sogra era diretora de uma escola municipal, ela sabia onde ir caso tivesse qualquer problema:

“Então eu já conheço esses processos por ela [sogra] ser diretora há muito tempo. Então eu já conheço qual o processo que eu devo tomar. Se o colégio não quer ceder onde é que nós temos que ir direto. A mesma coisa, se uma professora maltrata seu filho, você vai à diretoria, se a diretora não resolver, você vai na CRE direto.”

As sete famílias que fizeram a escolha com relações pessoais externas e utilizaram exclusivamente a burocracia para acesso à vaga são aquelas que consultaram suas redes de solidariedade como vizinhos, familiares e amigos. A indicação, em geral, é orientada pela experiência: alguém da família estuda ou já estudou na escola.

“Ela (a amiga) falou pra mim que era melhor colocar elas mais longe que era um colégio bom, que aprendia mais. Era o mesmo que a irmã dela que morreu estudou, que a outra estudou. Ai eu preferi lá.”

Em todos os exemplos fica explicitado que ter um familiar na rede ou conhecer alguém que nela estuda ou trabalha – um vizinho professor, por exemplo – pode permitir um maior leque de opções e escolhas para os pais. Também permite o melhor conhecimento de como funciona a rede municipal, os caminhos necessários para ter o acesso à escola desejada. No entanto, as informações não são, necessariamente, orientadas por conhecimento ou expectativas de desempenho das escolas. Em alguns casos, conhecer uma escola significa ter estudado nela.

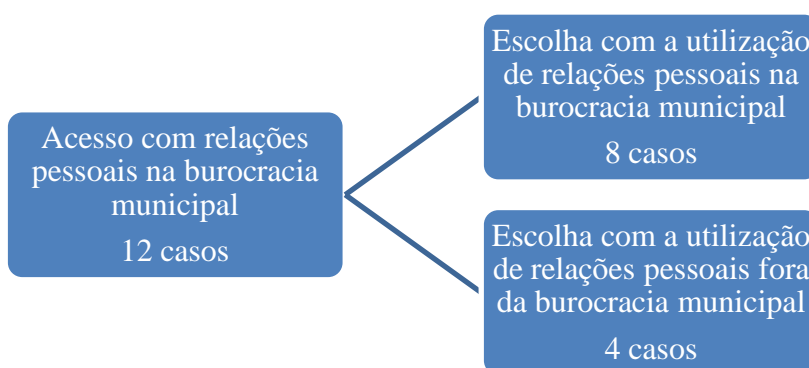
Finalizando os 33 casos com acesso exclusivo pela burocracia, é importante ressaltar as duas famílias que utilizaram o conhecimento “frio” – consultaram o ranking e a média da escola em avaliações externas – para escolher a melhor escola para seus filhos. Em ambos, os pais conseguiram burocraticamente o acesso à escola desejada. Em um dos casos a mãe relatou que não houve dificuldade, fez a inscrição pela internet; no outro, o pai disse que teve que dormir na fila do polo de matrícula para conseguir a vaga na escola que gostaria. Houve o esforço familiar para a matrícula, mas não houve uma negociação com a burocracia para o acesso à vaga. Nos dois casos os pais têm ensino médio completo.

6.2 - Acesso com a utilização de relações pessoais na burocracia municipal

A segunda forma de acesso mais frequente ocorre com a utilização de relações pessoais na burocracia municipal. Este tipo corresponde aos processos de matrícula em que os pais, após escolherem a escola desejada, iniciam o processo de acesso utilizando redes de solidariedade/relações pessoais com pessoas da própria burocracia municipal ou com pessoas que os conectam à burocracia municipal para o início do processo de matrícula na escola desejada.

Temos 12 famílias que se encaixam nessa tipologia de acesso, mas com diferentes critérios de escolha:

Diagrama 2 – Acesso com relações pessoais na burocracia municipal e tipologias de escolha.



Elaborado pelos autores com base nas 51 entrevistas realizadas.

A mãe de Joaquim, descrita anteriormente, é um dos responsáveis que escolhe utilizando as relações pessoais na burocracia municipal e tem acesso à vaga pela utilização dessa rede. Quando decidiu trocar Joaquim de escola, foi até a escola desejada e exigiu uma vaga. A diretora, que abriu uma exceção para esse caso, a conhecia porque seu filho mais velho já havia estudado naquela escola. A exceção, segundo a própria entrevistada, foi devido a esse conhecimento prévio da família e por seu filho vir de uma escola que tinha “convênio” com a escola desejada.

A relação com a rede municipal no processo de escolha e acesso à escola desejada não é exclusiva de Joaquim. Fernandez também teve o acesso via relações internas na burocracia municipal, mas com um processo de escolha distinto de Joaquim.

A mãe de Fernandez consultou uma prima cuja amiga tinha filhos na escola, configurando uma escolha a partir de suas relações pessoais externas. No entanto a prima também conhecia o inspetor, que foi quem estava na escola no momento da matrícula. No caso de Fernandez a escolha foi feita com as informações dadas pela amiga da prima, mas o acesso foi realizado pelo inspetor da escola. O interessante é que o pai, que também foi entrevistado, afirma que se o inspetor não ajudasse, a amiga da prima atuaria junto à burocracia para o acesso: *“se não tivesse vaga, a gente ia pedir pra essa amiga ir com a gente lá, que conhece tudo lá, e ajudaria a gente, com certeza”*.

Observamos que a burocracia não atua de forma republicana, mesmo nos casos em que ela não auxiliou a escolha. As entrevistas indicam que ter algum amigo na escola desejada facilita o acesso. O mesmo pode ser dito para famílias que têm algum conhecido, familiar ou não, com filhos que estuda ou já estudou nela.

“Tem uma senhora que trabalha lá, só que trabalha na parte do estado e conhecia o diretor. Como estava tendo muita desistência de muitos alunos ela falou com a direção, se tivesse alguma desistência, ela falou que me conhecia. Aí ele falou pra ela que uma criança desistiu e passou a vaga pra ele”.

“[Pedi] pra diretora, ou pra aquela que fica...a diretora adjunta, não é? Ai eu deixei os papeis lá, como eu já era mãe de outro aluno ficou mais fácil também né. Porque já me conheciam, entendeu? Ai foi mais fácil.”

Os relatos apontam que quando há uma relação próxima com professores, diretores, alunos e ex-alunos da escola desejada, ou quando os pais são ex-alunos, o acesso pode ser privilegiado.

A existência de 12 alunos que acessaram a escola com a utilização de suas redes internas à burocracia municipal confirma o que as famílias que escolheram com o auxílio de relações pessoais na rede, mas acessaram pela burocracia nos disseram: há “ajuda” para alguns, há “caminhos mais curtos”, há formas não “normais” para o acesso à vaga nas escolas desejadas para seus filhos. Essas famílias indicam de forma explícita a existência de desigualdade de oportunidades em uma rede que se propõe igualitária.

6.3 - Acesso com a utilização de relações pessoais fora da burocracia municipal

O terceiro tipo de acesso corresponde aos processos de matrícula em que os pais, após escolherem a escola desejada, iniciam o processo de acesso utilizando, exclusivamente, suas redes de solidariedade/relações pessoais fora da burocracia municipal.

Temos apenas dois casos que se encaixam nessa tipologia: um em que os pais fizeram escolha com relações pessoais na burocracia municipal e outro em que os pais fizeram escolha com relações pessoais externas à burocracia.

No primeiro caso, a mãe utilizou sua rede de relações externas para o acesso à vaga na escola desejada em dois momentos: na escola de primeiro segmento e na de segundo. Para conseguir a vaga na escola de primeiro segmento contou com a ajuda da amiga que estava de mudança para o Nordeste e a avisou sobre a possibilidade de acesso:

“Não, foi através de uma amiga minha. Ela foi embora pro Nordeste e falou comigo. Aí eu fui lá, conversei com o pessoal, que tava saindo uma menina, aí elas entenderam, e deram a oportunidade pra mim.”

Por causa da experiência complicada no acesso à escola de primeiro segmento, a mãe resolveu antecipar o processo de sua filha para conseguir a vaga na escola de segundo segmento desejada, que era a mesma que alguns familiares estudavam. Também utilizou as relações externas para conseguir a vaga. Assim nos relatou:

“Mãe – Pois é, por isso que aconteceu e pensei e agora, como é que vai ser no ano que vem, eu vou estar correndo atrás de colégio. É meio complicado, né? Chega o final do ano as mães ficam todas malucas. Daí enquanto ela estava estudando lá no A eu já fui atrás de procurar saber se tinha uma vaga pro 5º ano já pra guardar a vaga pro próximo ano. Aí surgiu essa vaga e ela está lá até hoje. (...) [A vaga] Surgiu, assim, também, de uma prima dela que estudava lá, né. A mãe da menina, cunhada do meu esposo, falou pra mim “olha, vê se tem vaga lá no Colégio, que sempre acontece de sair algum aluno.” Então vou lá. Cheguei lá e a moça falou, olha, tá havendo vaga para o turno da tarde, na época. Deixei pra lá. Depois outro dia eu fui lá e ela disse surgiu uma vaga no turno da manhã, eu aproveitei e perguntei ‘tem como ela ficar aqui nessa vaga?’ Ela disse ‘tem, você traz todo o histórico dela e a gente já faz a matrícula.’”

Novamente alguém indicou o caminho para o acesso à vaga: em um primeiro momento a amiga de mudança para o Nordeste e no segundo momento a prima com filhas na escola. Em ambos, a vaga foi obtida sem dificuldade.

No segundo caso que encontramos acesso com utilização de relações pessoais externas à burocracia municipal, a mãe relatou que conhecia um deputado e pediu a ele a vaga na escola desejada para suas duas filhas.

“Ela ia ficar lá mesmo, mas aí eu tentei vaga aqui. Eu tinha ido lá, tinha falado com a coordenadora (...) e ela falou: “mãe, não se preocupe que você vai conseguir, você vem aqui e dá o nome dela...” ou faz pela internet, não me lembro direito... Só que não fui chamada. (...) Só que eu não queria ali, né. Eu não conheço e não tinha referência dali. Aí, essa primeira escolinha que elas foram comunitária, tinha um rapaz lá que estava se tornando deputado. Aí eu conversei com ele. Eu falei: “poxa, Fulano, você não conseguiria uma vaga pras meninas ali?” Ele falou assim: “ah, se você quiser eu consigo” – [diminuiu o volume da voz e perguntou: tem problema botar isso aí? apontando para o gravador]. Então, daí ele foi e botou os nomes das meninas e mandou eu ir lá, que já estava com a vaga lá.”

A mãe que pediu a intervenção do deputado para o acesso a vaga é consciente de que a estratégia utilizada não é republicana. Por isso, questiona se pode relatar ou não para os pesquisadores o caminho trilhado para entrar na escola desejada.

Em ambos casos, as mães consideraram fácil o acesso à vaga desejada. Ambas têm conhecimento de que a burocracia não é parcial e, portanto, agem com a sua ajuda para acessar as melhores escolas do município.

8 – Considerações finais

O sistema municipal do Rio de Janeiro não é orientado por políticas de escolha escolar. Não há, formalmente, “quase-mercado escolar”. Esta ausência, no entanto, não impede a formação do que Costa & Koslinski (2011) classificam como “quase-mercado oculto”. Trata-se de um espaço de disputa onde escolas e famílias operam de maneira mais ou menos ativa em um sistema escolar estratificado. Por ser oculto, todos os processos de seleção de alunos pelas escolas e de seleção de escolas pelos alunos ocorrem imersos em caminhos de fronteira entre as regras legalmente estabelecidas e aquelas socialmente legitimadas.

Os dados analisados indicam que as escolhas são realizadas, majoritariamente, com a utilização de redes de sociabilidade dentro ou fora da burocracia municipal. Mas também há casos de não escolha, ou de “escolha dirigida”. A análise detalhada de cada caso permitiu identificar as minúcias de um jogo onde as posições são definidas e redefinidas com base em critérios que transcendem, e muito, a organização da distribuição de vagas em um sistema de acesso universal e irrestrito. Há vagas para todos os estudantes, mas elas não são iguais porque há diferenças de prestígio e desempenho entre as escolas da rede.

Considerando que as escolas não são equânimes, como decidir quem serão os estudantes que ocuparão as escolas “melhores” e aqueles que ficarão com as “piores”? Nosso trabalho indica que os alunos são classificados com base em critérios não escolares

criando um contínuo que segue do estudante mais adequado para as vagas das escolas de melhor desempenho até os menos adequados. O mesmo vale para as escolas de pior desempenho. Neste processo, as desigualdades externas às escolas são reproduzidas internamente, um dilema para as expectativas republicanas associadas aos sistemas educacionais. Como é possível perceber nas análises dos acessos, a burocracia age ativamente em todos os casos. Porém, não age orientada exclusivamente por critérios republicanos.

Poucos foram aqueles que utilizaram exclusivamente conhecimentos “frios” para escolherem suas escolas. Seria possível argumentar que a divulgação pública de dados escolares é pequena no Brasil, mas não é possível dizer que a ampliação deste tipo de serviço público reduziria as escolhas inseridas em redes de relacionamento. Lembrando as lições de Roberto Da Matta (1984), sabemos que os Brasileiros tendem a preferir o acolhimento das redes que os transformam em pessoas em detrimento dos espaços onde são indivíduos.

Também não seria possível dizer que as “escolhas dirigidas” diminuiriam porque estão diretamente relacionadas à nossa tradição patrimonialista. Em trabalho de campo temos observado que o corpo de gestão das escolas tende a classificá-las como “minha[s] escola[s]” e não como instituições públicas que oferecem serviços essenciais. Nesta lógica, se a escola é minha, entra quem eu quero. Lembrando o primeiro cenário descrito neste artigo, uma lista de espera pode ter a função de organizar as pessoas por ordem de chegada, mas também pode servir para indicar a ausência de vagas. Cabe destacar que, nos casos descritos, as escolhas mais escolarmente rentáveis foram aquelas realizadas pela mãe mais escolarizada, com ensino superior completo. A segunda família, em que a mãe era analfabeta, aceitou o direcionamento realizado pela escola; e a última, em que a mãe possuía educação fundamental incompleta, utilizou relações pessoais. Ambas fizeram escolhas escolarmente menos rentáveis.

Finalizando, é possível dizer que todos os três tipos de escolha podem ser mais ou menos escolarmente rentáveis. As “escolhas dirigidas” não conduzem, necessariamente, a escolas de baixo desempenho e as escolhas com base em relações sociais não levam os alunos somente às escolas de maior desempenho. Estas últimas são, mesmo assim, familiarmente rentáveis. Neste jogo emergem conjuntos de representações sobre as escolas, as expectativas educacionais das famílias e as crenças sobre o desempenho individual dos

estudantes. Retomando a clássica tipologia de Weber, é possível dizer que nem todas as ações foram racionais com relação a fins estabelecidos. Houve escolhas tradicionais e emocionais.

Referências:

ALEGRE, Miquel Angel & BENTINO, Ricardo. The best school for my child? Positions, dispositions and inequalities in school choice in the city of Barcelona. *British Journal of Sociology of Education*. 2012, 1–23. DOI:10.1080/01425692.2012.686896

ALMEIDA, Karina Riehl de Souza. Local de residência e chances de escolarização no Rio de Janeiro (monografia de conclusão de curso de graduação em pedagogia). UFRJ: Faculdade de Educação, 2011.

BALL, Stephen J. & VINCENT, Carol. “I Heard It on the Grapevine”: “Hot” Knowledge and School Choice. *British Journal of Sociology of Education*, Vol. 19, No. 3 (Sep., 1998), pp. 377-400

BELL, C. A. All choices created equal? How good parents select “failing” schools. New York: Columbia University, *National Center for the Study of Privatization in Education*, 2005. Disponível em: <http://www.ncspe.org/publications_files/OP106.pdf>.

_____. Real options? The role of choice sets in the selection of schools. *Teachers College Record*, 9 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.tcrecord.org>>. Acesso: ago. 2008.

BERLINER, David. Our impoverished view of educational research. *Teachers College Record*. Volume 108, Number 6, June 2006, pp. 949–995

BRANDAO, Zaia. Os jogos de escalas na Sociologia da Educação. *Educação e Sociedade*, v. 29, p. 607-620, 2008.

BRESSOUX, Pascal. As pesquisas sobre o efeito-escola e o efeito-professor. In: *Educação em Revista*. Revista da Faculdade de Educação da UFMG. Trad. Isabel Cristina Rabelo Gomes. Belo Horizonte, nº 38, dez.2003, p.17-88.

COSTA, Marcio. Famílias e acesso diferenciado a escolas públicas prestigiadas: um estudo de caso. *Educação em Revista* (UFMG. Impresso), v. 26, p. 227-248, 2010.

COSTA, Marcio da and KOSLINSKI, Mariane Campelo. Entre o mérito e a sorte: escola, presente e futuro na visão de estudantes do ensino fundamental do Rio de Janeiro. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2006, vol.11, n.31, pp. 133-154. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000100010>.

COSTA, Márcio; KOSLINSKI, Mariane C. Competing for public schools in Rio de Janeiro reflexions on a hidden quasimarket. In: *Penser les marches scolaires*. Genebra: Rappe Université de Genève, 2009.

COSTA, Marcio da; KOSLINSKI, Mariane Campelo. Quase-mercado oculto: disputa por escolas "comuns" no Rio de Janeiro. *Cad. Pesqui.* [online]. 2011, vol.41, n.142, pp. 246-266. ISSN 0100-1574.

COSTA, Marcio da. Prestígio e hierarquia escolar: estudo de caso sobre diferenças entre escolas em uma rede municipal. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2008, vol.13, n.39, pp. 455-469. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000300004>.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? A questão da identidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DOPAZO DE SÁ, Thaila Cristina. Construindo opiniões: o que fundamenta as escolhas escolares (monografia de conclusão de curso de graduação em pedagogia). UFRJ: Faculdade de Educação, 2011.

GLENN, C.. School Segregation and Virtuous Markets. In: *Penser les marches scolaires*. Genebra/Suíça: mar. 2009. Disponível em: www.unige.ch/fapse/ggape/seminaire/programme/progvendredi13/Glenn.pdf.

ELACQUA, G.; SCHNEIDER, M.; BUCKLEY, J. School choice in Chile: Is it Class or the Classroom? *Journal of Policy Analysis and Management*, vol. 25, no. 3, pp. 577-601, 2006.

Fonseca, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso. Pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*. Volume 10, 1999.

GORARD, Stephen; TAYLOR, Chris & FITZ, John. *Schools, Markets and Choice Policies*. Routledge Falmer. Place of publication: London. Publication, 2003

KOSLINSKI, M. CARVALHO, J & PORTELA, C. Escolha da família e/ou escolha das escolas – um estudo de caso sobre os condicionantes da distribuição de alunos entre escolas da rede municipal do Rio de Janeiro. In: III Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação – “problemas contemporâneos da

educação no Brasil e em Portugal: desafios à pesquisa”. Disponível em: <http://www.colociolusobrasileiro.com/artigo5.pdf>

LAHIRE, B. *Sucesso Escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1998.

LAVINAS, Lena; BARBOSA, Maria Lígia. Combater a Pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife. In. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 43, nº3, 2000, p. 447 a 477.

LE GRAND, Julian. (1991) Quasi-Markets and Social Policy. *The Economic Journal*, v. 101, n. 408, pp. 1256-1267.

PIRES DO PRADO, Ana. Os diretores e as culturas de gestão. Um estudo nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 4, p. 332-350, 2009.

RAVITCH, Diane. Vida e morte do grande sistema escolar americano: como testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ROCHA, Maria Silvia P. M. L. ; PEROSA, Graziela Serroni . Notas etnográficas sobre a desigualdade educacional brasileira. *Educação e Sociedade*, v. 29, p. 425-449, 2008.

ROSISTOLATO, R. P. R.; HELAYEL-NETO, J. A.; XAVIER, M. Juventudes populares em um pré-vestibular: a construção coletiva de expectativas e campos de possibilidades educacionais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 92, p. 616-638, 2011.

ROSISTOLATO, Rodrigo Pereira da Rocha. Escolarização fora da escola? Juventudes populares e expectativas de inclusão no ensino superior. In: *XV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado de 26 a 29 de julho de 2011a, em Curitiba-PR*. Disponível em: http://www.sistemasmart.com.br/sbs2011/arquivos/27_6_2011_23_34_55.pdf

COSTA, PIRES DO PRADO & ROSISTOLATO. “Talvez se eu tivesse algum conhecimento...”. Caminhos possíveis em um sistema educacional público e estratificado. (No prelo).

THIN, Daniel. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2006, vol.11, n.32, pp. 211-225. ISSN 1413-2478.

THOMAS, P. L. "Parental Choice?: A Critical Reconsideration of Choice and the Debate About Choice. *Critical Constructions: Studies on Education and Society*. EUA. Information Age Publishing, 2010.

VAN ZANTEN, Agnès. A escolha dos outros: julgamentos, estratégias e segregações escolares. Translated by Maria Amália de Almeida Cunha, Ceres Leite Prado. *Educ. rev.* [online]. 2010, vol.26, n.3, pp. 409-433. ISSN 0102-4698.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

WEST, Anne; INGRAM, Dabney & HIND, Audrey. “Skimming the cream?” Admissions to Charter Schools in the United States and to Autonomous Schools in England. *Educational Policy*, 2006, vol. 20, pp. 615-639.

YAIR, G. School Organization and Market Ecology: a Realist Sociological Look at the Infrastructure of School Choice. *British Journal of Sociology of Education*, v. 17, n. 4, p. 453-471, 1996.

ZAGO, Nadir. Quando os dados contrariam as previsões estatísticas: os casos de êxito escolar nas camadas socialmente desfavorecidas. *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2000, vol.10, n.18, pp. 70-80. ISSN 0103-863X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2000000100007>.

ZAGO, Nadir. Realidades sociais e escolares e dinâmica familiar nos meios populares. *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 1998, vol.8, n.14-15, pp. 63-73. ISSN 0103-863X.